



"Acordei com ele me penetrando por trás", diz vítima de estupro na USP

Estudante da Faculdade de Medicina Veterinária da USP diz ter sido estuprada por outro estudante após festa em campus.

Estudante diz ter sido estuprada em dormitório do campus de Pirassununga
A estudante do 4º ano do curso de Medicina Veterinária e Zootecnia da USP Bianca Cestaro de Almeida, de 27 anos, nunca vai esquecer os acontecimentos da madrugada do dia 7 de julho de 2013. Naquela noite, após beber bastante em uma festa e adormecer em um dos dormitórios do campus de Pirassununga, no interior do Estado, ela foi estuprada por um aluno.

Nesta quarta-feira (14), Bianca prestou um depoimento emocionado ao deputado estadual Adriano Diogo, presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), que investiga trotes violentos nas universidades de São Paulo.

Estudante do campus de São Paulo da USP, ela contou que durante o 4º semestre os alunos cursam uma disciplina de estudo de animais de grande porte no campus de Pirassununga, onde se hospedam no alojamento universitário. Antes do início do curso, quando Bianca foi conhecer o local, foi convidada para uma festa no campus. No meio da madrugada, já bêbada, ela decidiu sair da festa e ir sozinha para o dormitório de amigas em uma república, onde passaria a noite.

Depoimentos:

+ "Sou vista como vagabunda", diz vítima de estupro em festa da Medicina da USP

+ Abusos na USP incluíam racismo e homofobia, relatam estudantes

"As meninas ainda estavam na festa e eu deixei a porta aberta para que elas pudessem entrar depois. Quando estava indo para a cama, esse rapaz entrou e nós conversamos um pouco. Ele ficou insistindo para ficar comigo e eu dizendo não", lembra. "Ele dizia que não teria problema porque tinha camisinha e que, se eu quisesse, poderia não fazer nada que ele faria tudo".

Bianca diz que voltou a negar e pediu mais uma vez para o rapaz ir embora. Porém, como estava bêbada e com sono, adormeceu. "Acordei com a dor dele me penetrando por trás."

Ao se dar conta da situação, Bianca tentou reagir, mas o rapaz a jogou na cama e a segurou com violência. "Quando vi que ele não ia desistir, disse que concordaria em fazer sexo com ele, mas pedi para ir ao banheiro. Ele deixou, mas disse que se eu não voltasse, iria atrás de mim". Bianca viu nesta brecha a oportunidade para fugir.

Saiu da república e andou durante 40 minutos até a guarita da segurança do campus. Quando contou o que tinha acontecido, os guardas, apesar de perguntaram se ela queria ir ao Instituto Médico Legal (IML) para fazer o exame de corpo de delito, disseram que denunciar a história não adiantaria. Argumentavam que como estava bêbada, não poderia ter certeza de como as coisas aconteceram e que o sexo poderia ter sido consensual.

"Estava muito nervosa, chorava muito, não pensei direito. Mas, no dia seguinte, quando fui ao banheiro, tinha sangue na minha calcinha e foi aí que tive certeza que não era um mal entendido".

Como tinha uma viagem programada ao Japão para os dias seguintes, Bianca só procurou a universidade para pedir a abertura de sindicância após algumas semanas. Ao contar seu relato, a assistente social do campus, no entanto, disse que o rapaz tinha se antecipado e contado uma versão diferente, segundo a qual Bianca teria dado a entender que havia concordado com a relação sexual.

"Quando ouvi aquilo, fiquei muito nervosa e minha amiga teve de me segurar para eu não virar a mesa em cima dela (assistente). Me aconselharam a não abrir sindicância. Disseram que como não havia provas e eu estava bêbada, não daria em nada. Também disseram que eu estragaria a vida do rapaz e ainda poderia ser processada por ele"

Bianca não aceitou: foi à polícia, fez um boletim de ocorrência no dia 30 de julho e entregou cópias para a assistente social da unidade, para o setor de segurança, para o prefeito do campus e para a diretoria da unidade.

Um tempo depois, uma amiga contou a ela que o agressor a havia procurado em seu dormitório. Bianca não estava, mas ficou preocupada com a segurança das colegas. Com medo, mais uma vez, recorreu à segurança do campus para pedir vigilância e requisitou as imagens de segurança que provariam que ele a havia procurado

"Preenchi um boletim interno, mas nunca me deram uma cópia. Pedi cinco vezes. Também perguntei das fitas e me questionavam como eu podia ter certeza de que o cara não queria apenas conversar." Ela nunca teve acesso a nada. "Nunca me deram.

Depressão

Apesar de todas as tentativas para que a USP abrisse uma investigação, nada foi apurado. Por conta do medo e da revolta, Bianca ainda desenvolveu uma depressão, que a prejudicou nas aulas.

"Já tinha tido um quadro de depressão e, por causa disso, tive uma recaída. Emagreci 8 quilos", relata. Ela conta que encontrava o agressor no restaurante do campus e perdia a fome. "Sempre gostei de festa e nunca mais fui a nenhuma depois disso".

De volta a São Paulo, a história ganhou repercussão dentro da universidade e a diretoria prometeu, no final do ano passado, abrir uma investigação para apurar as denúncias do campus do interior.

Bianca diz acreditar que, com a repercussão do caso, o culpado possa ser punido e outras estudantes não sejam vítimas da mesma violência a qual ela foi submetida.

CPI do trote

A CPI foi instaurada em dezembro do ano passado e, na audiência desta quarta (14), ouviu Bianca e outros cinco estudantes de outras três universidades. Ao todo, a CPI já ouviu 27 alunos. Na tarde desta quinta (15), os deputados tomarão o depoimento de José Otávio Costa Auler Junior, diretor da Faculdade de Medicina da USP (FMUSP) e Edmund Chada Baracat, presidente da Comissão de Graduação da Faculdade de Medicina da USP. Denúncias feitas por estudantes da FMUSP motivaram a abertura da CPI.

A comissão tem até o dia 15 de março - quando termina a atual legislatura e os congressistas eleitos tomam posse - para encerrar as investigações. Adriano Diogo diz que o tempo é insuficiente e pede para que os eleitos não deixem de continuar as investigações. Diogo não foi reeleito para a próxima legislatura.

"As conclusões que estamos tendo são tristes e dolorosas. Eles estão falando com coragem e discernimento. Mas eu tenho a filosofia de que estou fazendo a minha parte para trazer a público o que acontece. Mas a mudança é em longo prazo e não dá para terminar as investigações até o dia 15 de março. Isso é só o índice", disse o deputado.

Presente na reunião desta quarta, o sociólogo Antônio Ribeiro de Almeida Jr, professor da **Esalq**-USP (Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz) e autor de três livros sobre o tema, disse esperar que a partir da repercussão da CPI, as universidades aceitem que os trotes são bárbaros e inaceitáveis.

"Não se pode aceitar nenhum tipo de trote porque é uma violência, mesmo quando é o dito solidário, porque isso também é uma forma de violência. O calouro é quem vai doar sangue ou fazer um trabalho de assistência."

Fonte: IG